



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado Ivair Nogueira
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.2 - Reunião de Comissão

2 - ORDENS DO DIA

- 2.1 - Plenário
- 2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 - Plenário
- 3.2 - Comissões

4 - CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA EM 30/10/2014

Presidência do Deputado Bosco

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum.

Comparecimento

- Comparecem os deputados e as deputadas:

Almir Paraca - André Quintão - Anselmo José Domingos - Bosco - Celinho do Sinttrocel - Duarte Bechir - Fábio Cherem - Fred Costa - Gustavo Corrêa - João Leite - João Vítor Xavier - Lafayette de Andrada - Liza Prado - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Rogério Correia - Rômulo Veneroso - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Tadeu Martins Leite - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Wander Borges - Zé Maia.

Falta de Quórum

O presidente (deputado Bosco) - Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a especial de amanhã, dia 31, às 14 horas, nos termos do edital de convocação.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 15/7/2014

Às 14h18min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Maria Tereza Lara (substituindo o deputado Cabo Júlio, por indicação da liderança do MSC) e Luzia Ferreira (substituindo o deputado Fred Costa, por indicação da liderança do BTR) e o deputado Rômulo Veneroso, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Rômulo Veneroso, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da deputada Luzia Ferreira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência suspende os trabalhos. Às 16h22min são reabertos os trabalhos com a presença dos deputados Rômulo Veneroso, Duílio de Castro, Duarte Bechir (substituindo o deputado Fred Costa, por indicação da liderança do BTR), membros da comissão e, ainda, do deputado Sargento Rodrigues. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 427/2011, no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno com a Emenda nº1 (relator: deputado Rômulo Veneroso). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação é aprovado o Requerimento nº 10.463/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja realizada audiência pública no Município de Pouso Alegre para debater a qualidade dos serviços prestados pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais e pela empresa de Transporte Coletivo Princesa do Sul. Logo após, é aprovado, em atenção ao Requerimento nº 9.376/2014, de autoria do deputado Sargento Rodrigues, o relatório da audiência



pública realizada pela comissão no Município de Santana do Riacho, em 30/4/2014, que teve por finalidade debater os prejuízos causados pela falta de fornecimento de energia elétrica no circuito da Serra do Cipó durante o Carnaval, o qual vai publicado após as assinaturas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, desconvoca a reunião de hoje, às 20h15min, convoca os membros da comissão para reunião extraordinária de amanhã, 16/7/2014, às 11 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de outubro de 2014.

Rômulo Veneroso, presidente - Liza Prado - Rogério Correia.

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Local visitado: Município de Santana do Riacho

Apresentação

No dia 30/4/2014, foi realizada, a requerimento do deputado Sargento Rodrigues, audiência pública no Município de Santana do Riacho, com a finalidade de debater os prejuízos causados pela falta de fornecimento de energia elétrica na região que abrange o Circuito da Serra do Cipó durante o Carnaval deste ano e discutir proposições da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte.

Além dos deputados Duílio de Castro e Sargento Rodrigues, participaram do evento representantes de vários setores da sociedade local e das Centrais Elétricas de Minas Gerais - Cemig.

Relato

O deputado Duílio de Castro, na condição de presidente da 1ª Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, iniciou os trabalhos destacando a importância do debate e do investimento em infraestrutura. Em seguida, passou a presidência para o deputado Sargento Rodrigues, uma vez que teve que se ausentar para participar de reunião da Comissão de Constituição e Justiça na ALMG.

O deputado Sargento Rodrigues explanou para todos os convidados a legislação pertinente à matéria objeto da reunião. O deputado indagou à Cemig o que efetivamente foi feito e o que está sendo feito para solucionar os problemas apresentados pela população da região. Também solicitou à empresa explicações sobre o procedimento operacional e burocrático para que a população da região possa ser ressarcida por queima de equipamentos eletroeletrônicos. Como existem processos judiciais nesse caso, o deputado esclareceu que são duas instâncias diferentes: o Poder Judiciário e a esfera administrativa, diretamente junto à Cemig. O deputado informou ainda que o ressarcimento por queima de aparelhos será feito em casos ocorridos há até cinco anos, devendo ser requerido diretamente à Cemig, mediante apresentação das contas pagas.

Após esses esclarecimentos, o deputado Sargento Rodrigues passou a palavra para os convidados, que apontaram os seguintes problemas da região, na ordem que se segue:

O Sr. Marcelo Rodrigo Barbosa, coordenador do Procon Assembleia e presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da OAB-MG, dividiu sua fala em dois momentos: como coordenador do Procon Assembleia detalhou a legislação pertinente e como turista explanou situação ocorrida com ele, relativa à falta de energia elétrica, no ano de 2008; ele também questionou à Cemig se houve aumento de carga na mesma proporção do número de relógios novos instalados pela empresa na região;

a Sra. Edina Maria de Siqueira Andrade, 1ª Tesoureira da Associação Comunitária João Nogueira Duarte, relacionou vários transtornos em relação à comunidade da Serra do Cipó, a saber: constantes quedas de energia elétrica; queima de equipamentos elétricos; problemas com pagamento por cartão; problemas nos restaurantes locais com alimentos congelados; problemas nas sorveterias; problemas ligados a pessoas doentes da comunidade que necessitam de aparelhos de respiração e precisam fazer nebulização; falta d'água, decorrente da falta de energia; insegurança pessoal em função da escuridão; impossibilidade de ir à igreja à noite; cobranças indevidas por parte da Cemig, uma vez que o atendimento prestado à região é muito precário; prejuízos diversos em relação aos turistas, que exigem ressarcimento dos comerciantes locais, entre outros;

o Sr. Júlio César Jerônimo Barroso, presidente da Serra do Cipó Convention & Visitors Bureaux, mencionou dois problemas, a saber: falta de energia elétrica, com apagões constantes e repetitivos, e má qualidade da energia elétrica da Serra do Cipó, uma vez que a qualidade e a variação de tensão causam muitos problemas;

o Sr. Roberto Azevedo, comerciante, relatou problemas com o *freezer*, desligado por mais de 12 horas, demora da Cemig em fazer o atendimento na Serra do Cipó após as chamadas da população, ressaltando-se que à noite não há atendimento;

a Sra. Fernanda Soares, comerciante, disse que tem inúmeros protocolos na Cemig e na Aneel, mas até agora nenhum problema foi solucionado; informou que paga por 127 volts, mas só recebe entre 60 e 80 volts; tem vários equipamentos elétricos, mas eles não funcionam, em função da baixa voltagem; acrescentou que nos restaurantes e no comércio em geral, todos os proprietários de estabelecimentos são prejudicados, e os turistas também; perguntou se haverá melhoria de rede na região da Lapinha e se a Cemig ressarcirá os moradores, em função da baixa voltagem e constante oscilação desta;

o morador Sr. Joaquim Chagas solicitou agilização na remoção dos postes que estão na MG-010, além de registrar a ausência do prefeito municipal, uma vez que o assunto tratado na audiência é de interesse do Poder Público Municipal. Para finalizar, o morador questionou à Cemig sobre os investimentos em iluminação pública na área urbana da MG-10, próxima à região da Mata da Cachoeira, uma vez que essa área é deficitária em termos de energia elétrica;

o Sr. Sávio Santiago, comerciante, referendou a opinião de todos em relação às alterações de voltagem da energia elétrica local, além de denunciar a queima de contadores, de resistência de apoio ao sistema solar e de vários outros equipamentos;



o Sr. Alexandre Carvalho, comerciante, informou que há duas usinas hidrelétricas em Santana do Riacho, uma delas a Usina Coronel Américo Teixeira, que está a 5km da Lapinha e funciona há 17 anos sem a concessão do uso de água (irregular), produzindo apenas 50% da capacidade energética potencial;

o Sr. Bráulio Braga, vice-presidente da Associação Amigos da Lapinha, leu ofício enviado pela mesma associação, solicitando soluções para os problemas ocorridos frequentemente no povoado, provenientes da qualidade na prestação dos serviços de energia elétrica por parte da Cemig: falta de energia em feriados, no Carnaval e na Semana Santa de 2014; falta de energia em quase todos os finais de semana; impossibilidade de usar os meios de comunicação, que dependem de energia elétrica; falta de água devido à falta de energia; insegurança da população e dos turistas com a falta de energia elétrica e insatisfação dos turistas. Complementou sua fala dizendo que o prejuízo moral e financeiro é incalculável e ressaltou a ausência do prefeito local;

a Sra. Fernanda Damasceno, comerciante e advogada, pediu desculpas em público por não comentar com os turistas a real situação da região, pois entendeu que estaria denegrindo o município e este precisa dos turistas, que trazem recursos financeiros para a comunidade; ressaltou que as constantes quedas de energia provocaram perdas de medicamentos, pois eles precisam ser refrigerados, o que depende de energia elétrica.

O Sr. Marcos Barroso de Resende, assessor da Gerência Institucional e Legislativa da Cemig, informou que a empresa é fiscalizada pela Aneel; que a empresa investiu muito na entrega de faturas; asseverou que todos os questionamentos sobre queima de equipamentos, computadores, e outros, que chegaram à Cemig foram atendidos e avaliados; com relação ao prazo de deslocamento de equipes da Cemig, afirmou que será verificado; acrescentou que a remoção dos postes da MG-010 será verificada e se colocou à disposição de todos; também informou à plateia presente a forma de se solicitar ressarcimento de queima de equipamentos eletroeletrônicos; esclareceu que os investimentos da Cemig são de valores elevados e que há toda uma tramitação documental, para aprovação do órgão regulador, dos órgãos ambientais e das propriedades privadas envolvidas;

O Sr. Ronaldo de Oliveira Rezende, engenheiro da Cemig, representando o diretor-presidente da empresa, fez considerações sobre os tipos de problemas, do ponto de vista técnico, e esclareceu que há problemas de continuidade (interrupção), de qualidade (questão do nível de tensão) e problemas de restabelecimento de energia elétrica e que a Cemig está trabalhando nos três aspectos; acrescentou que a empresa ainda tem problema sério relativo a contingência de energia elétrica; esclareceu que é importante diferenciar os conceitos de consumo, carga e potência; disse que há uma área na Cemig responsável pelo planejamento e que esta vem realizando ações nesse sentido, mas com as dificuldades naturais de investimento no país; informou que a alimentação da Serra do Cipó é feita através da subestação Jaboticatubas; acrescentou que estão sendo reformados os alimentadores, cuja troca deverá ser concluída até o final deste ano, o que vai promover uma melhoria razoável em relação ao nível de tensão da região; acrescentou que a partir do final do mês de maio de 2014 haverá uma melhora de resultado em relação à energia elétrica da região; explicou que houve problemas em relação à liberação e à aprovação de obras por parte do DER (envolvendo faixa de servidão), na construção de um alimentador-tronco; reforçou que a melhora definitiva é para o final deste ano; salientou que o problema na Serra da Lapinha é mais grave, pois lá só há uma linha monofásica, quando o ideal seria uma rede trifásica; informou que a Cemig está tentando encontrar alternativa mais rápida para região da Lapinha; complementou dizendo que a Cemig procura cumprir o que está na Resolução nº 414 e que não faz nada que esteja fora da legislação, mas que podem existir problemas de interpretação dessa legislação; esclareceu à Sra. Jane Diniz França de Abreu que os problemas de quantidade de interrupção e nível de qualidade de energia serão resolvidos até o final deste ano e que, no caso da região da Lapinha, a Cemig instalará equipamento até o final de maio, proporcionando uma melhora considerável no nível de tensão; acrescentou que os investimentos da Cemig na região da Lapinha são de nível de tensão e não de continuidade e que o nível de qualidade está sendo providenciado; explicou que toda reforma, expansão e investimento feito pela Cemig na região é para fazer face aos picos de demanda da população; respondeu também ao Sr. Joaquim Chagas sobre a área urbana da MG-10, próxima à região da Mata da Cachoeira, esclarecendo que essa demanda tem que ser executada pelo Poder Executivo do município;

A moradora Sra. Jane Diniz França Abreu, da área rural de Varginha, questionou sobre a área rural do Município de Santana do Riacho, que foi tarifada com tarifa de luz urbana, estando em área rural; informou também que existe processo judicial para que seja definido até onde é área urbana e onde é área rural; a moradora esclareceu que é produtora rural, pratica agricultura de subsistência e, no seu entendimento, sua região é rural; acrescentou que depende da energia elétrica para muitos afazeres, inclusive em relação à saúde.

Conclusão

A audiência pública permitiu uma visão geral sobre os prejuízos causados pela falta de fornecimento de energia elétrica aos consumidores da região que abrange o Circuito da Serra do Cipó e discutiu proposições da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte. Restaram também esclarecidas as repercussões da falta de energia elétrica nessa região. O deputado Sargento Rodrigues providenciou, junto à Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, requerimentos com as seguintes solicitações aos órgãos indicados:

envio ao presidente da Cemig, com cópia para o governador do Estado, do relatório final da audiência pública, com os principais problemas relatados pela população;

requerimento a representante do Ministério Público, para que este ajuíze ação coletiva em defesa dos direitos dos consumidores da região do Circuito Serra do Cipó, em virtude dos graves problemas apresentados nessa relação de consumo, com cópia para o governador do Estado;

requerimento para encaminhamento de cópia do relatório final da audiência ao Procon Assembleia, para promoção das ações administrativas necessárias à defesa dessa coletividade, além de cópias extras para a Associação Comercial da Serra do Cipó, a Serra do Cipó Convention & Visitors Bureau, a Associação Comunitária João Nogueira Duarte e a Associação Amigos da Lapinha;

requerimento à Cemig, para que a empresa de forma coletiva, em todos os seus medidores individuais e globais da região da Serra do Cipó, certifique se o fornecimento de energia, da ordem de 127V ou 220V, está sendo cobrado do consumidor; e para que execute aferição desses equipamentos, dando o desconto necessário quando for o caso;



requerimento à Cemig para que envie à Comissão de Defesa do Consumidor da ALMG, ao Procon Assembleia, ao Ministério Público Estadual e ao governador do Estado cópia do relatório produzido pela empresa relativo à certificação de voltagem, bem como referente à aferição dos medidores individuais e globais da região da Serra do Cipó;

requerimento à Secretaria de Estado de Turismo, para que esta promova investimentos e adequação de infraestrutura, com vistas a atender o crescimento turístico da região que abrange o Circuito da Serra do Cipó.

Sala das Comissões, 15 de julho de 2014.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 67ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA,
EM 4/11/2014****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Discussão do Relatório Final da CPI da Telefonia.

Incluído em ordem do dia nos termos do parágrafo único do art. 114 do Regimento Interno.

2ª Fase**(das 16h15min às 18 horas)**

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 142, que altera a Lei Complementar nº 59, de 18 de janeiro de 2001, e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer. Designado relator em Plenário, o deputado Rômulo Viegas opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 143, que altera a Lei Complementar nº 34, de 12 de setembro de 1994. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer. Designado relator em Plenário, o deputado Zé Maia opina pela manutenção do veto.

Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 22.287, que altera os limites da Estação Ecológica Estadual de Arêdes, no Município de Itabirito. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 22.289, que fixa o percentual da revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Tribunal de Contas do Estado referente ao ano de 2013. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 22.295, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carlos Chagas o imóvel que especifica. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 22.306, que assegura ao aluno matriculado em estabelecimento de ensino de educação básica vinculado ao Sistema Estadual de Educação o direito de observar o período de guarda religiosa. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 22.336, que acrescenta dispositivo à Lei nº 13.408, de 21 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a denominação de estabelecimento, instituição e próprio público do Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 22.337, que acrescenta dispositivos à Lei nº 18.031, de 12 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos, com o objetivo de proibir a utilização da tecnologia de incineração nos casos que especifica. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 22.352, que concede prazo ao donatário do imóvel de que trata a Lei nº 19.451, de 11 de janeiro de 2011. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 47/2013, dos deputados Jayro Lessa, Sargento Rodrigues e outros, que altera o inciso II do § 3º do art. 53 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57/2013, do deputado Anselmo José Domingos e outros, que acrescenta inciso ao art. 64 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 69/2014, do deputado Lafayette de Andrada e outros, que acrescenta artigo à Constituição do Estado para adequação ao disposto na Constituição da República. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.



Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.327/2014, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e do Fundo Especial do Poder Judiciário. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.348/2014, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 45/2013, do deputado Gustavo Perrella, que altera a Lei Complementar nº 89, de 12 de janeiro de 2006. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Assuntos Municipais opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 755/2011, do deputado Wander Borges, que institui o Dia Estadual de Combate aos Maus-Tratos contra os Idosos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 427/2011, do deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre a fiscalização da venda de ingressos de eventos artísticos, culturais e desportivos por cambista no âmbito do Estado. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 873/2011, do deputado Inácio Franco, que dispõe sobre a integração de considerações ambientais nas licitações e nos contratos públicos do Estado a serem observadas pelos órgãos da administração direta, autarquias, inclusive as de regime especial, fundações públicas, fundos especiais não personificados, pelo seu gestor, sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado, controladas direta ou indiretamente pelo Estado, prestadoras de serviço público e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.710/2011, do deputado Doutor Wilson Batista, que institui, no âmbito dos hospitais da rede pública de saúde do Estado, o Programa de Cirurgia Plástica Reconstructiva da Mama. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 5.165/2014, do procurador-geral de justiça, que fixa o percentual, relativo ao ano de 2014, para a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.507/2012, do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a criação e a transformação de cargos nos quadros de pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça Militar e nas Secretarias de Juízo Militar e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, e pela rejeição do Substitutivo nº 2, da Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.170/2013, do deputado Sargento Rodrigues, que altera a Lei nº 18.185, de 4 de junho de 2009. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 4/11/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 4.405/2013, do deputado Gustavo Valadares; 5.285/2014, do deputado Adelmo Carneiro Leão. Requerimentos nºs 8.314 a 8.318, 8.329 a 8.335, 8.339 a 8.341, 8.343 a 8.346, 8.348 a 8.367, 8.417 a 8.420, 8.425 a 8.429, 8.438 a 8.440, 8.450, 8.452 a 8.455, 8.457, 8.464 a 8.467, 8.493, 8.494, 8.496, 8.548 a 8.560, 8.592 a 8.605, 8.612 a 8.615, 8.618 a 8.621, 8.623 a 8.630, 8.633 a 8.637, 8.642 a 8.646, 8.651 a 8.653, 8.741, 8.765, 8.770 a 8.774, 8.779 a 8.781, 8.801 a 8.817, 8.829 a 8.835, 8.837 a 8.840, 8.861 a 8.869, 8.872 a 8.875, 8.877, 8.878, 8.880 a 8.889/2014, do deputado Cabo Júlio; 8.342, 8.347, 8.434 a 8.437, 8.441 a 8.443, 8.456, 8.460, 8.461, 8.473, 8.474, 8.497 a 8.500, 8.503, 8.561 a 8.569, 8.606, 8.610, 8.742 a 8.746, 8.775, 8.776, 8.792, 8.793, 8.836, 8.871, 8.890 a 8.896/2014, do deputado Sargento Rodrigues.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 4/11/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 5.402/2014, do deputado Celinho do Sintrocel.



No 1º turno: Projetos de Lei nºs 5.541/2014, do governador do Estado; 1.395/2011, da deputada Ana Maria Resende; 1.570/2011, das deputadas Luzia Ferreira, Ana Maria Resende, Liza Prado, Maria Tereza Lara e Rosângela Reis; 2.265/2011, do deputado Rômulo Viegas; 3.764/2013, da deputada Luzia Ferreira; 4.806/2013, do deputado Leonardo Moreira; 5.090/2014, da deputada Liza Prado; 5.131/2014, do deputado Luiz Humberto Carneiro; 5.438/2014, do deputado Zé Maia; 5.494/2014, do governador do Estado; e 5.499/2014, do Tribunal de Contas.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 4.946/2014, do deputado Leonídio Bouças; 5.260/2014, do deputado Tenente Lúcio; 5.263/2014, do deputado Paulo Lamac; 5.411 e 5.412/2014, do deputado Cássio Soares; 5.416/2014, do deputado Wander Borges; 5.417 e 5.418/2014, do deputado Bosco; 5.419/2014, do deputado Carlos Pimenta; 5.421/2014, do deputado Bosco; 5.424/2014, do deputado Gustavo Perrella; 5.425/2014, do deputado Gustavo Corrêa; 5.426/2014, do deputado Tadeu Martins Leite; 5.427/2014, do deputado Cássio Soares; 5.431/2014, do deputado Dilzon Melo; 5.434/2014, do deputado Duílio de Castro; 5.435/2014, do deputado Luiz Henrique; 5.436/2014, do deputado Deiró Marra; e 5.573/2014, da deputada Luzia Ferreira.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 4/11/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 5.342/2014, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 5.393/2014, do deputado Carlos Pimenta; 5.394/2014, do deputado Gustavo Valadares.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 4/11/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 4/11/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 5.541/2014, do governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 8.820/2014, do deputado Inácio Franco.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 4/11/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 711/2011, do deputado Doutor Viana; 5.307/2014, do deputado Gustavo Perrella; 5.356/2014, do deputado Tadeu Martins Leite; 5.397/2014, do deputado João Vítor Xavier; 5.398 e 5.399/2014, do deputado Bosco.

Requerimentos nºs 8.632/2014, da deputada Liza Prado; 8.767/2014, do deputado Gil Pereira; 8.799/2014, do deputado Marques Abreu.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.



ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 4/11/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 5.392/2014, do deputado Carlos Pimenta.

Requerimentos nºs 8.571/2014, do deputado Celinho do Sinttrocel; 8.579/2014, do deputado Duarte Bechir; 8.609/2014, do deputado Rômulo Veneroso; 8.750/2014, do deputado Antônio Carlos Arantes; 8.819/2014, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 8.860/2014, do deputado Jayro Lessa; 8.870/2014, da deputada Rosângela Reis.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 4/11/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16H30MIN DO DIA 4/11/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 9 horas do dia 4 de novembro de 2014, destinada à solenidade de abertura das audiências públicas de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG.

Palácio da Inconfidência, 31 de outubro de 2014.

Dinis Pinheiro, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 4 de novembro de 2014, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres, requerimentos e do Relatório Final da CPI da Telefonia; e na 2ª Fase, à apreciação dos Vetos à Proposição de Lei Complementar nº 142, que altera a Lei Complementar nº 59, de 18 de janeiro de 2001, e dá outras providências; à Proposição de Lei Complementar nº 143, que altera a Lei Complementar nº 34, de 12 de setembro de 1994; à Proposição de Lei nº 22.287, que altera os limites da Estação Ecológica Estadual de Arêdes, no Município de Itabirito; à Proposição de Lei nº 22.289, que fixa o percentual da revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Tribunal de Contas do Estado referente ao ano de 2013; à Proposição de Lei nº 22.295, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carlos Chagas o imóvel que especifica; à Proposição de Lei nº 22.306, que assegura ao aluno matriculado em estabelecimento de ensino de educação básica vinculado ao Sistema Estadual de Educação o direito de observar o período de guarda religiosa; à Proposição de Lei nº 22.336, que acrescenta dispositivo à Lei nº 13.408, de 21 de dezembro de 1999; à Proposição de Lei nº 22.337, que acrescenta dispositivos à Lei nº 18.031, de 12 de janeiro de 2009; e à Proposição de Lei nº 22.352, que concede prazo ao donatário do imóvel de que trata a Lei nº 19.451, de 11 de janeiro de 2011; das Propostas de Emenda à Constituição nºs 47/2013, dos deputados Jayro Lessa, Sargento Rodrigues e outros, que altera o inciso II do § 3º do art. 53 da Constituição do Estado; 57/2013, do deputado Anselmo José Domingos e outros, que acrescenta inciso ao art. 64 da Constituição do



Estado; e 69/2014, do deputado Lafayette de Andrada e outros, que acrescenta artigo à Constituição do Estado para adequação ao disposto na Constituição da República; do Projeto de Lei Complementar nº 45/2013, do deputado Gustavo Perrella, que altera a Lei Complementar nº 89, de 12 de janeiro de 2006; e dos Projetos de Lei nºs 427/2011, do deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre a fiscalização da venda de ingressos de eventos artísticos, culturais e desportivos por cambista no âmbito do Estado; 755/2011, do deputado Wander Borges, que institui o Dia Estadual de Combate aos Maus-Tratos contra os Idosos; 873/2011, do deputado Inácio Franco, que dispõe sobre a integração de considerações ambientais nas licitações e nos contratos públicos do Estado de Minas Gerais a serem observadas pelos órgãos da administração direta, autarquias, inclusive as de regime especial, fundações públicas, fundos especiais não personificados, pelo seu gestor, sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado, controladas direta ou indiretamente pelo Estado de Minas Gerais, prestadoras de serviço público e dá outras providências; 2.710/2011, do deputado Doutor Wilson Batista, que institui, no âmbito dos hospitais da rede pública de saúde do Estado, o Programa de Cirurgia Plástica Reconstructiva da Mama; 3.507/2012, do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a criação e a transformação de cargos nos quadros de pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça Militar e nas Secretarias de Juízo Militar e dá outras providências; 4.170/2013, do deputado Sargento Rodrigues, que altera a Lei nº 18.185, de 4 de junho de 2009; 5.165/2014, do procurador-geral de justiça, que fixa o percentual, relativo ao ano de 2014, para a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Ministério Público do Estado de Minas Gerais; 5.327/2014, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e do Fundo Especial do Poder Judiciário; e 5.348/2014, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 31 de outubro de 2014.

Dinis Pinheiro, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária das Águas

Nos termos regimentais, convoco os deputados Zé Maia, Dalmo Ribeiro Silva, Pompílio Canavez e Tiago Ulisses, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 4/11/2014, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 31 de outubro de 2014.

Almir Paraca, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Nos termos regimentais, convoco os deputados Almir Paraca, Cássio Soares e Gil Pereira, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 4/11/2014, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar pareceres de redação final e proposições da comissão.

Sala das Comissões, 31 de outubro de 2014.

Liza Prado, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária das Águas

Nos termos regimentais, convoco os deputados Zé Maia, Dalmo Ribeiro Silva, Pompílio Canavez e Tiago Ulisses, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 4/11/2014, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 31 de outubro de 2014.

Almir Paraca, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Participação Popular e de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco a deputada Maria Tereza Lara e os deputados Fabiano Tolentino, Fred Costa e Neilando Pimenta, membros da Comissão de Participação Popular; os deputados Gustavo Corrêa, Inácio Franco, Antônio Carlos Arantes, Leonardo Moreira, Rogério Correia, Sargento Rodrigues e Vanderlei Miranda, membros da Comissão de Administração Pública, para a reunião a ser realizada em 4/11/2014, às 14h35min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater a proposta de revisão do PPAG 2012-2015 (exercício 2015), no âmbito da Rede de Governo Integrado, com a presença de convidados.

Sala das Comissões, 31 de outubro de 2014.

André Quintão, presidente.

**CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO****CORRESPONDÊNCIA**

- O 1º-secretário despachou, em 30/10/2014, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Alceu José Torres Marques, secretário de Meio Ambiente, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.795/2014, da Comissão de Meio Ambiente.

Do Sr. Antonio A. Caram Filho, diretor-geral da Arsae-MG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.385/2014, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Antonio Carlos Rosa de Oliveira Junior, diretor executivo do Fundo Nacional de Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.020/2014, da Comissão de Segurança Pública.

Do Sr. Antonio Gama Junior, subcorregedor-geral da Polícia Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.862/2013, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Cel. PM Marco Antônio Badaró Bianchini, chefe da Assessoria Institucional da PMMG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.693/2014, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Cel. PM Renato Batista Carvalhais, corregedor da PMMG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.359/2013, da Comissão de Direitos Humanos.

Da Sra. Deliane Lemos de Oliveira, presidente do Sindifisco-MG, contestando informação veiculada no *site* "Conversa Afiada".

Do Sr. Fábio Caldeira, ouvidor-geral do Estado, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.534/2014, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. José Fernando Maia Vinagre, corregedor do Conselho Federal de Medicina, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.600/2014, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Josué Costa Valadão, secretário municipal de Governo de Belo Horizonte (18), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 8.191 e 8.224/2014, da Comissão de Assuntos Municipais; 8.167, 8.168, 8.182 e 8.846/2014, da Comissão de Direitos Humanos; 7.873 e 8.396/2014, da Comissão da Pessoa com Deficiência; 7.963, 8.739 e 8.740/2014, da Comissão de Transporte; 6.515, 6.516, 6.517, 6.660 e 6.662/2013 e 8.057/2014, do deputado Anselmo José Domingos; e ao requerimento da Comissão de Direitos Humanos encaminhado por meio do Ofício nº 2.114/2014/SGM.

Da Sra. Juliana de Paula S. Miranda, secretária-geral do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Timóteo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.730/2014, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Marcelo Alexandre do Valle Thomaz, juiz de direito da Comarca de Mirai, encaminhando cópia de ofício da Delegacia de Polícia Civil de Mirai, relatando a existência do Mandado de Segurança nº 0673054-25.2014.8.13.000, para as providências cabíveis.

Da Sra. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Casa Civil (3), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 2.771/2012, da Comissão de Segurança Pública, 3.524/2012, do deputado Duarte Bechir, 3.526/2012, da Comissão do Trabalho, 5.089/2013, da Comissão de Transporte, 6.651/2013, da Comissão do Trabalho, e 8.534/2014, da Comissão de Direitos Humanos.

Da Sra. Maria Goretti Martins de Melo, superintendente de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.688/2014, da Comissão de Segurança Pública.

Do Sr. Oliveira Santiago Maciel, Chefe da Polícia Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.950/2014, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Paulo César Dias, presidente da Comissão Apuradora do TRE – MG, comunicando que em 23/10/2014 esse Tribunal proclamou eleitos os candidatos que menciona.

Do Sr. Rodrigo Bueno Belo, diretor de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais e Eventos Críticos do Sistema Estadual de Meio Ambiente, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.795/2014, da Comissão de Meio Ambiente.

Do Sr. Rogério de Melo Franco Assis Araújo, Chefe de Gabinete da Polícia Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.706/2014, da Comissão de Segurança Pública.

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR****65ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA****Discursos Proferidos em 28/10/2014**

O deputado Cabo Júlio* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, quero, em primeiro lugar, saudar os nossos colegas que participaram da eleição, sempre dura e difícil, e desejar um bom mandato àqueles que conseguiram reeleger-se na eleição deste mês. Além disso, dizer aos que, porventura, não conseguiram que a luta continua.

De forma especial, deputado Rogério Correia, faço uma saudação ao novo governador Pimentel e ainda de forma muito mais especial a todo o nosso bloco, à nossa coligação, que venceu as eleições em Minas Gerais. Particularmente, na Polícia Militar, houve uma campanha bastante dura e até muito mentirosa dizendo que o governador iria aumentar o tempo de contribuição, acabar com a previdência dos militares, acabar com a Polícia Militar e vice-versa. Foi uma campanha na qual mostramos a todo o tempo que isso



não era uma verdade. A ponto de o governador gravar um vídeo e assinar uma carta-compromisso para a segurança pública dizendo que o que é bom a gente continua e o que precisa ser mudado será mudado. Então foi uma campanha muito baixa, também contra mim também. Alguém da Assembleia - aliás, há pessoas que, às vezes, pensam que são mais inteligentes do que todo o mundo - deve ter gasto uns R\$200.000,00 para mandar carta apócrifa contra mim. Só que não deu certo, gente. Estou aqui de volta. Que Deus abençoe e guarde essas pessoas e as torne mais inteligentes para a próxima vez.

Temos problemas atuais que o governo atual precisa resolver antes de sair. Daí, o nosso apelo ao governador Alberto Pinto Coelho. Há dois problemas muito sérios que precisam ser resolvidos. O primeiro é a indefinição do pagamento do prêmio de produtividade. Esse modelo de pagamento do prêmio de produtividade foi adotado pelo governo atual. O governo não disse ainda quando pagará. Será que deixaremos para o governo seguinte pagar um prêmio referente a 2013? O pagamento em 2014 é referente a 2013. É preciso que o governo ou os órgãos do governo venham a público dizer qual é o calendário e quando será o pagamento do prêmio de produtividade para os servidores do Estado, porque as pessoas têm se comprometido. O governo não pode dizer: "Ah, agora isso ficará para o próximo governo". Não. Os governantes passam, mas os governos permanecem.

Ontem tentei falar com o governador Alberto Pinto Coelho, mas não consegui. É preciso que ponha a sua secretária Renata Vilhena ou quem quer que seja para dizer quando pagará o prêmio aos servidores do Estado, servidores que fizeram por merecer. Então, é preciso que se resolva isso.

Sr. Presidente, o segundo ponto é que foi criado em Minas Gerais... Preciso fazer uma retrospectiva. Em 1996 e 1997, o governo do PSDB foi até ao nosso Instituto de Previdência e levou para o caixa único do Estado aproximadamente R\$1.000.000.000,00. O governo Aécio resolveu devolver esse dinheiro sob a forma de um empréstimo habitacional, que inicialmente se chamava Lares Gerais e depois se tornou Promorar.

Resultado disso tudo: é um programa de financiamento habitacional com o nosso dinheiro, pagamos mensalmente para que os militares comprem habitações. Por isso se chama Promorar. Como não pode ser estendido a todos, é feito um sorteio, em que os militares interessados se cadastram, são sorteados e recebem uma ordem para comprar a casa. Portanto há todo um processo para aquisição da casa, e o Promorar paga através do banco de fomento do Estado.

Cerca de 100 militares foram sorteados, receberam aval do Estado para procurar o seu imóvel e compraram o imóvel financiado pelo Promorar. Alguns deram a entrada, pegaram empréstimo, fizeram reserva, deram a sua casa anterior, o seu carro, pegaram um dinheiro da família, deram entrada e já se mudaram para esse imóvel. Acontece que o BDMG está atrasado no pagamento desses financiamentos. Não faço aqui uma discussão de mérito partidário, mas já são seis meses de atraso, deputado João Leite, e precisamos de sua ajuda. O Promorar autorizou os militares a procurar a casa, eles compraram a casa e se mudaram, mas o proprietário que vendeu não recebe do BDMG. Há seis meses de atraso. Alguns proprietários, com toda a razão, estão impacientes, dizendo que o militar não cumpriu o contrato e que querem a casa de volta. E o cidadão que deu o carro, fez empréstimo, deu entrada, vai perder tudo o que deu porque o BDMG não paga os contratos, e são apenas 100, cerca de R\$2.000.000,00, R\$200.000,00 é o limite máximo.

Então, estamos com militares desesperados porque o banco não paga nem diz quando vai pagar. Por outro lado, o proprietário, com toda a razão, vendeu e quer receber, o militar deu sua casa, seu carro e vai perder tudo. Portanto, nosso apelo ao governador Alberto Pinto Coelho é que faça uma intervenção. Repito, tentei falar com ele ontem, deputado João Leite, e faço a V. Exa., como presidente da nossa Comissão de Segurança Pública, o mesmo apelo de que nos ajude, para que o BDMG pague os empréstimos habitacionais. Que acabe com o desespero dessas famílias, que não estão ganhando nada, eles vão pagar esse financiamento.

Por último, houve uma reunião de algumas entidades da polícia para tratar da pauta que vão entregar ao governador. O governador tem uma carta-compromisso. Todos os compromissos do governador eleito Pimentel serão assumidos junto à nossa Polícia Militar, principalmente no que diz respeito à nossa previdência. Ficou muito bem claro, e alguns tentam articular contra porque não entendem que para mudar a Previdência é preciso uma mudança na legislação federal.

Por fim, quero agradecer a todos os colegas que nos apoiaram, apesar dessa campanha sórdida, baixa e inescrupulosa. Mas terão de nos aturar por mais quatro anos. Não há terceiro turno eleitoral, a eleição acabou, e todos nós devemos nos unir em prol de Minas Gerais, em prol das nossas Polícias Militar e Civil. Há necessidade veemente de se reestruturar a Polícia Civil, que é o primo pobre da segurança pública. É preciso reestruturar as delegacias, aumentar o efetivo, reestruturar a carreira dos delegados. A pirâmide da Polícia Civil está quadrada, em razão de decisões judiciais, o perito ganha mais do que o delegado. Temos de honrar os peritos, mas também os delegados. Os salários dos delegados de Minas Gerais têm crescido como rabo de cavalo: para baixo. O delegado de Minas Gerais ganha menos do que o delegado do Piauí, o do Maranhão, e isso não pode acontecer. Não há segurança pública de qualidade se uma polícia está de um jeito e a outra está de outro jeito. Temos os nossos colegas da agência de segurança prisional, precisamos entrar nessa discussão agora. Para chamar os concursados, não precisamos demitir os contratados, porque temos cadeias sendo transferidas da Polícia Militar e da própria Polícia Civil para a Seds. Ou seja, há espaço para todo o mundo.

Por fim, de uma vez por todas, é preciso acabar com essa novela da lei orgânica dos agentes de segurança prisional. E o nosso Corpo de Bombeiros, que lamentavelmente só está presente em 55 dos 853 municípios. Temos 798 municípios em Minas Gerais que sofrerão se houver incêndio. Há locais em que o bombeiro mais próximo está a 300km. A segurança pública foi algo tão lembrado nas campanhas presidenciais e estaduais, mas acabou-se a eleição.

Agora é hora de ação. E ação só melhorará a segurança pública se melhorarmos a estrutura dos servidores da segurança pública, a estrutura logística das polícias e do Corpo de Bombeiros.

Presidente, a todos os nossos colegas que nos ajudaram nesta campanha por todos os rincões do Estado, nosso muito obrigado. Aos nossos adversários, que não conseguiram nos derrubar, tentem de novo daqui a quatro anos, porque vamos ficar aqui. Aos colegas que estão chegando, desejo sucesso.

Termo dizendo que nunca ouvi falar, na história das campanhas das quais participei, do uso institucional da Polícia Militar contra o governador. Usaram a estrutura institucional. Tinha coronel, comandante de região, sendo chamado ao destacamento, para dizer que não votasse no Pimentel porque acabaria com a polícia. Nunca vi isso em minha vida. Usaram a estrutura institucional. Todo o mundo



tem direito de ter sua posição política. Isso é natural. Todos têm o direito de se manifestar, mas há limites, e os limites institucionais devem ser respeitados. No entanto, não o foram.

Repetirei aqui as palavras do governador. Para muita gente, o maior batalhão que existirá, a partir de 1º de janeiro, será o batalhão corredor. Muita gente ou se aposenta ou terá de aprender o que é democracia. Não se pode admitir o uso de um instrumento da sociedade, chamado Polícia Militar, e de canais institucionais para denegrir a pessoa de um governador. Tudo tem limites, deputado Elismar Prado. Passaram do limite. Tudo tem um limite institucional democrático. O governador chegará. Estamos discutindo os novos comandantes-gerais da PM e do Corpo de Bombeiros. Buscaremos alguém que agregará, que melhorará a qualidade de nossa segurança pública, a fim de colocar em prática tudo aquilo que o governador prometeu. Queremos, daqui a quatro anos, dizer que a política de segurança pública do governo que ganhou a eleição foi uma política que deu certo, que resolveu e, principalmente, que respeitou os nossos servidores. Não se faz segurança pública sem respeitar o servidor, assim como não se faz uma educação de boa qualidade sem respeitar os professores.

Nosso agradecimento aos nossos colegas. Foi uma campanha dura, sem dinheiro. Foi uma campanha do milhão contra o tostão, mas conseguimos ganhar a eleição. Primeiramente tentaram nos ganhar nas urnas, mas não conseguiram. Depois tentaram no tapetão, e novamente não obtiveram êxito. Estamos prontos para servir, para ser servidor do Estado de Minas Gerais ao lado do governador Fernando Pimentel e de nosso Vice-governador, Antônio Andrade, que é do PMDB. Discutiremos qualidade.

Fico muito feliz, Elismar, porque, depois de 12 anos militando na oposição, agora seremos governo. Vamos ver como é militar no governo, ter mais facilidade. Quanta dificuldade enfrentamos? Éramos tratados a pão e água. Agora daremos um cursinho para nossos colegas da situação de como é ser oposição. Vamos tratá-los com muito carinho, com o mesmo carinho com que nos trataram. Há muito pão e muita água guardados para distribuímos. Nosso colega disse que eu era feliz e não sabia. Não consigo entender porque todo o mundo reclama que era maltratado, mas todo o mundo era governo. É por amor, o povo é muito apaixonado!

Enfim, ao nosso governador, ao nosso vice-governador, à nossa bancada, dou os parabéns. Nossos integrantes da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, da Polícia Civil, parabéns. Agentes da segurança prisional, toda carreira de servidores da segurança pública serão muito bem tratados no próximo governo, até porque terão apoio neste parlamentar, o único candidato, o único representante de classe, que ficou do lado do governador. Em agosto, ele me chamou e disse: “Júlio, só tem você, está todo o mundo contra mim, me batendo o tempo todo e contando mentiras”. Disse: “Governador, ganhamos juntos ou perdemos juntos, mas vamos até o final”. Agora me tornei, apesar de tantas pancadas por estar ao lado do governador, o único representante de classe, ao lado do governo que ganhou, ao lado do governo que fará a gestão nos próximos quatro anos.

Desejo a todos sucesso. Sucesso, governador. Parabéns também presidenta Dilma, que ganhou a eleição, incluindo Minas Gerais. Teremos um governador alinhado com a presidente da República, alinhado para trazer benefícios e para melhorar a vida do nosso povo. A todos vocês que nos honraram com seu voto e nos trouxeram para esta Casa, nosso muito-obrigado. Responderemos com o que é importante, sem chorumelas, sem papagaiadas, sem mentiras, sem instrumentos idiotas na campanha, mas com muito trabalho, e muito trabalho para melhorar a segurança pública do povo de Minas Gerais. Esse, sim, é o nosso verdadeiro patrão. Parabéns a todos vocês.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Gustavo Corrêa* - Uma boa tarde. Gostaria de cumprimentar o presidente desta sessão, deputado Hely Tarquínio, nosso decano na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Gostaria de cumprimentar as deputadas e os deputados que aqui se encontram, todo o público das galerias e os telespectadores da nossa TV Assembleia. Gosto de dizer sempre, deputado Antônio Carlos Arantes, que essa TV foi criada pelo deputado Alencar da Silveira Jr.

Gostaria de dizer que esperei alguns dias, após as eleições de 5 de outubro, para ocupar esta tribuna e fazer algumas observações, sobretudo algumas reflexões, que serão de suma importância não apenas para este parlamentar como também para todo o povo mineiro e brasileiro.

Queria, em primeiro lugar, cumprimentar os parlamentares que obtiveram sucesso nas últimas eleições, que foram vitoriosos nessa empreitada, que não foi das mais fáceis. Tenho certeza disso. Eleição é algo muito difícil. Digo isso baseado sobretudo na minha. Tenho certeza de que os demais colegas parlamentares sabem das dificuldades que enfrentamos no último pleito. Quero cumprimentar todos e agradecer, de forma muito carinhosa, aos mineiros que me reconduziram a um próximo mandato, para mais quatro anos de muito trabalho, muita luta e determinação, sobretudo honrando cada um dos votos que obtive na última eleição. Espero corresponder a todos os desejos e a todos os sonhos. Pode parecer que não, deputado Bosco, mas um novo mandato será para meu crescimento, sobretudo do ponto de vista político. Os recados da urna me obrigaram a este novo mandato e me recolocaram aqui.

Quero publicamente externar que, nos próximos quatro anos, farei oposição ao governo da presidenta Dilma, reeleita por uma diferença não significativa. Os eleitores de Minas fizeram com que eu, nos próximos anos, faça uma oposição ao futuro governador. Quero que cada um dos parlamentares, dos meus eleitores e dos telespectadores da TV Assembleia saibam disso. Farei uma oposição séria, uma oposição em que os projetos e as ações importantes para o Estado tenham o apoio deste parlamentar, enfim, farei uma oposição vigilante. Fiz questão de anotar e de guardar todos os compromissos de campanha assumidos pelo próximo governador, Fernando Pimentel. Espero que, nos próximos quatro anos, ele possa realmente realizá-los. Aí, terei a certeza de que será bom para Minas Gerais e para as futuras gerações.

Quando for necessário, este parlamentar ocupará esta tribuna, utilizará os mecanismos regimentais para trabalhar e dialogar pelo interesse do Estado. Não venho hoje aqui fazer ofensas. Jamais farei críticas pessoais ao futuro governador ou à presidenta reeleita. Espero que eles ajam com bom senso, prudência e serenidade para enfrentar os desafios não somente de Minas Gerais, mas do Brasil. É público e notório que a economia do nosso país não vai bem. Ontem, os recados da Bolsa de Valores quanto aos valores das ações das grandes empresas nacionais demonstraram a agonia e sobretudo a aflição vivida pelos brasileiros nos últimos anos.

Sei que, daqui a alguns dias e meses, deputados virão a esta tribuna para falar, de forma irônica, do candidato Aécio Neves - não o chamarei de ex-governador ou de senador, mas de presidente Aécio Neves, de 49% dos brasileiros. Ele deixou o governo deste estado



com uma aprovação recorde de 92%. Se, no último domingo, os mineiros não lhe deram a vitória no seu estado natal, para quem ele deu a sua vida e trabalhou como ninguém nos últimos anos, é porque querem mudança. A oposição também faz parte do processo. Como eu bem disse, ela será vigilante, austera, fará o que 49% dos brasileiros demonstraram nas urnas, ou seja, vontade de mudança, de ver o Brasil crescer; um país que não quer a sua grande empresa, a Petrobras, envolvida numa série de denúncias de corrupção.

Espero que a presidenta da República procure a oposição para dialogar, não de forma radical, como se comportou nos últimos anos. Tenho a certeza de que o Brasil é muito maior do que qualquer partido político, do que qualquer militante da vida pública. Por questão de ética, dignidade e lealdade, ressalto algumas ações que, na minha opinião, foram primordiais para que o Estado de Minas crescesse como cresceu nos últimos anos. Querendo ou não querendo alguns, Minas foi o Estado que mais se desenvolveu nos últimos anos, sobretudo na gestão do governador Aécio Neves e posteriormente do senador Antônio Augusto Junho Anastasia. Se as 847 cidades mineiras possuem asfalto hoje, isso se deve ao senador Aécio Neves; se todos os municípios mineiros têm condições de se comunicar com qualquer canto do País ou do mundo, isso se deve ao governador e hoje senador Aécio Neves; se quase todas as cidades mineiras têm hoje um posto de unidade de saúde, uma farmácia de Minas, devemos isso ao senador Aécio Neves. Tenho certeza, deputado Doutor Wilson Batista, que, daqui a alguns anos, as futuras gerações saberão reconhecer os avanços que Minas teve exatamente nesses anos de gestão a que me referi.

Assim quis o povo brasileiro, na sua maioria do Nordeste brasileiro, que tem característica parecidíssima com o Vale do Jequitinhonha, região onde sou amplamente votado, como também o deputado André Quintão, que sempre me dá o prazer de encontrá-lo nas caminhadas por lá. Tenho certeza de que essa maioria que quis a presidenta Dilma vai vigiar também para que todas as ações prometidas e listadas durante a última campanha sejam exatamente cumpridas e, sobretudo, realizadas em prol desta grande nação que é o Brasil.

Alguns querem dizer que o Brasil sai dividido dessa eleição entre Norte e Nordeste, Sul e Sudeste, mas creio que a população brasileira é muito maior do que qualquer uma dessas afirmações. Como disse no início da minha fala, os que militam e fazem a vida pública sabem muito bem que devemos saber ganhar e perder. Volto a dizer, quis uma maioria pequena que a presidenta da República fosse reeleita. Acho que o candidato Aécio Neves foi um vitorioso, porque enfrentou uma máquina que jogou sujo, jogou pesado, que fez afirmações inverídicas até do ponto de vista pessoal, sobre sua pessoa. E, mesmo nessas dificuldades, ele ainda conseguiu mostrar a 49% da população brasileira que seu projeto, o projeto de governo que pretendia implementar no país era exatamente o que ele entendia que o Brasil mais precisava.

Então, venho hoje a esta tribuna, até por dever de lealdade e dignidade. Na vida pública aprendi, deputado Dalmo Ribeiro Silva, que o homem público tem de ter lado, tem de saber enfrentar as adversidades. Saibam todos os senhores e as senhoras que hoje nos acompanham que este parlamentar, seguindo a vontade do povo mineiro e do povo brasileiro, será oposição ao futuro governo estadual e ao futuro governo federal. Saibam os mineiros que o que for bom para Minas e para o Brasil terão o meu apoio. No entanto, não esperem deste parlamentar que amanhã não tenha algumas decepções inerentes à vida pública. Espero que aqueles que sempre defenderam o governo que foi derrotado nas últimas eleições saibam e reconheçam que o povo mineiro não estava satisfeito com aquele governo. Porém devemos manter nossas convicções de estarmos sempre do lado que, no momento, era o mais adequado.

Evoluir e mudar faz parte da vida. Mas saibam os senhores e as senhoras que este parlamentar, por dever de gratidão e de lealdade ao último governo, derrotado, sobretudo ao senador Aécio Neves e ao senador eleito Antonio Anastasia, será, nos próximos anos, oposição ao futuro governador. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, colegas deputadas e deputados, imprensa, telespectadores da TV Assembleia, senhoras e senhores que se encontram nas galerias da Assembleia Legislativa, solicitei a palavra hoje para iniciar um breve balanço sobre o resultado das eleições. É claro que é um balanço ainda incompleto, e certamente teremos muito a debater sobre o significado das eleições no País e também em Minas Gerais. Mas é importante que já se inicie esse debate porque, além do resultado das urnas, importa também compreender qual foi o recado e, a partir dele, ver como Minas se posicionará, em particular o governo, e também o Brasil. Foi uma vitória da presidenta Dilma, como todos vimos, que ficou na faixa de 4% de diferença. Portanto uma vitória apertada. Esses 4% significam 2% que a presidenta Dilma teve a mais que o candidato Aécio Neves. Foi uma disputa acirrada, como têm sido as disputas no Brasil, mas com um resultado incontestável. Esse é o primeiro ensinamento que devemos ter do resultado eleitoral. Num procedimento democrático, dentro das regras eleitorais do País, não cabe questionamento. É importante dizer isso porque alguns setores, vendo que o resultado é de eleição acirrada, começam a incentivar o desrespeito ao resultado eleitoral, como se se pudesse justificar o resultado de uma eleição democrática com as diferenças de votos.

Muito me impressionaram, nas redes sociais, alguns testemunhos, algumas falas que são incorporadas em setores da mídia, que, aliás, teve o pior papel nessas eleições - comentarei sobre isso. Não generalizarei dizendo que foi toda a mídia, mas boa parte dela teve um papel antidemocrático diante do procedimento eleitoral. Agora incentivam um questionamento do resultado eleitoral, em especial enxergando as eleições como um mapa vermelho e azul, como se o Brasil estivesse dividido entre essas duas cores. É um mapa mentiroso porque, em várias partes onde está azul ou vermelho, a votação foi apertada. Com exceção de alguns Estados, as votações foram, em especial na parte em que o senador Aécio Neves teve maioria de votos, em sua grande maioria, bastante apertadas. Assim como fazem cálculo, como vi nas redes, retirando o Nordeste, fazendo até campanha preconceituosa contra o povo nordestino e contra os mais pobres, caberia o argumento de perguntar qual seria o resultado das eleições sem São Paulo.

Alguém já fez esse cálculo? As eleições, sem São Paulo, dariam à presidenta Dilma uma vitória esmagadora. Foram 56% dos votos contra 44%. Para ser mais exato, foram 56,27% dos votos contra 43,73%, se retirássemos a votação de São Paulo.

Considerando o Brasil como um todo, a vitória da presidenta Dilma foi inquestionável. Foi uma vitória que tem um programa. Era nisso que queria entrar. Deputado Hely Tarquínio, ninguém no Brasil acredita em golpe militar, em *pré-impeachment* da presidenta Dilma, porque ganhou apertado. Alguns vão colocando isso, para alimentar outra disputa, que é não querer que a presidenta Dilma implemente o seu programa, que foi vitorioso. Fico abismado de ver como é pedante a mídia e setores da mídia brasileira. Agora,



querem ditar para a presidenta um programa que perdeu a eleição. Se você ler a página da *Folha de S.Paulo* que fala do mercado, vem um recado assim: o mercado exige mudanças na política econômica e vai listar as mudanças que o senador Aécio Neves queria fazer, mas foi derrotado. Já começam a exigir mudanças do ministério, que façam o projeto neoliberal que perdeu as eleições. Agora o mercado que perdeu as eleições quer ditar o rumo do Brasil.

Portanto, é preciso, ao fazer uma análise do resultado eleitoral, proclamar o verdadeiro resultado, que foi a vitória da presidenta Dilma e do seu programa. O programa da presidenta pode até incorporar parte do programa que o senador Aécio Neves colocou em sua campanha. A Marina Silva propôs 13º salário para o Bolsa Família. Essa é uma boa ideia e cabe no programa da Dilma. A presidenta Dilma deveria estudar essa proposta. Ela precisa aprofundar o programa que ganhou o Brasil, o de mais divisão de renda, e não o de mais arroxo, não é, Elismar?

Outro projeto importante que foi colocado pelo senador Aécio Neves: modificar o fator previdenciário, que eles próprios, o PSDB, criaram, mas que hoje os trabalhadores brasileiros sofrem com ele e não gostam dele. Esse sim cabe dentro do programa da presidenta Dilma. Esse programa foi feito para aprofundar as mudanças. Esse foi o programa vitorioso da presidenta Dilma. E não o de retirar direitos ao sabor do mercado. Esse projeto perdeu as eleições e não será implementado. Não adianta agora a mídia fazer pressão dizendo que a votação foi apertada, que a Dilma tem de mudar seu programa. A Dilma tem de implementar seu programa naquilo em que ela se comprometeu, que é a vontade da maioria do povo brasileiro. Não vamos inverter na marra o resultado das eleições. Isso é muito importante.

Papel ridículo teve a revista *Veja*, a *Veja* bandida, que soltou uma matéria sem a menor prova do que estava acontecendo. Ela imediatamente a transformou em panfletos apócrifos, para serem distribuídos no Brasil inteiro sem nenhuma veracidade. Isso é golpe. A *Veja* tentou dar um golpe no Brasil às vésperas do procedimento eleitoral. Isso é liberdade de imprensa? Isso não é liberdade de imprensa não, é liberdade de empresas que querem economicamente influenciar o resultado eleitoral. Foi o que a *Veja* bandida fez. Isso tem de ser denunciado. Essa revista tem de provar aquilo que escreve, principalmente à véspera de um procedimento eleitoral. Eles anteciparam uma edição e a transformaram em panfleto para mudar o resultado da eleição. Isso aconteceu com uma revista que tem concessão, que recebe recursos públicos. A revista *Veja* terá de responder a um processo judicial e ao processo democrático do Brasil. Isso não é democracia. Isso não é liberdade de imprensa.

Este assunto tem de ser discutido: regulação dos meios de comunicação, que foi feita no mundo inteiro. A Lei dos Meios, da Argentina, vai ter de ser discutida no Brasil. Não é a primeira vez que acontece isso aqui. O jornal *Estado de Minas* faz isso em toda eleição: planta uma matéria falsa e faz panfleto dela. Em toda eleição de prefeitura acontece isso. Imitaram o *Estado de Minas* - aliás, sabemos muito bem quem imitou - com a revista *Veja* nacionalmente. Em Minas, acontece isso sempre.

Não me espantei com a derrota do senador Aécio Neves em Minas. Eu já esperava por isso. Agora quero ver se o deputado Gustavo Valadares vai mesmo andar de joelhos até Governador Valadares, pois ele fez essa promessa aqui, caso a Dilma ganhasse as eleições no Estado de Minas Gerais. Vamos comprar para ele uma joelheira.

Mas eu esperava por esse resultado. Quando o senador Aécio Neves começou a disputar a Presidência da República, ele passou a ser conhecido em Minas Gerais. Ele não era conhecido porque a imprensa não permitia que se conhecesse o senador Aécio Neves. Hoje ele é conhecido em Minas, por isso ele perdeu as eleições. Ele falava que tinha 92% de aprovação em Minas, mas só se for na pesquisa da Sensus, instituto que ele comprou para fazer pesquisa falsa. Essa é outra denúncia grave. A parte antidemocrática das eleições não pode ser esquecida, como a compra de institutos de pesquisas - Sensus e Veritá - para enganar o povo. Isso tem de ser democratizado. Isso não é democracia, isso é falta de democracia. Tem de se modificar a força do poder econômico nas campanhas. A reforma política foi vitoriosa nas eleições e tem de ser feita. Não dá mais para continuarmos fazendo eleição no Brasil sem uma reforma política, que modifique o parlamento.

Proponho para o próximo presidente da Assembleia, que ainda não sabemos quem vai ser, que incorporem como pauta - até porque é uma pauta vitoriosa - uma ampla discussão sobre reforma política e que transformemos Minas Gerais em um estado impulsionador desse debate. Isso é fundamental. Essas eleições mostraram isso para o conjunto dos partidos. Independentemente do que será a reforma política, ela tem de ser feita, tem de ser debatida. Não podemos fechar os olhos e manter as eleições futuras sem o debate da reforma política no Brasil.

São pontos que trago de avaliações. São pontos importantes da vitória da presidenta Dilma. Primeiramente temos de aprofundar as mudanças no Brasil, e não retroceder. A pauta neoliberal perdeu as eleições. Esse é o primeiro ponto. Não cabe e não adianta a mídia, com esse intuito golpista, tentar inverter o resultado do processo eleitoral. A Dilma ganhou as eleições. Repito, se tirarmos São Paulo do mapa da votação, ela deu um balaiada no Brasil. Foi 56% a 44%, tirando a parte mais rica do Brasil. Portanto o resultado é inquestionável. O Brasil ganhou as eleições. Muitos setores do PSDB não querem aceitar, mas ela ganhou. A Dilma ganhou as eleições e vai governar com o programa que foi eleito o programa brasileiro, com mudanças, pois ela prometeu que iria mudar muitas coisas. Mas é aprofundar as mudanças, e não retroceder o Brasil, como era a pauta do candidato do PSDB, apoiado por Fernando Henrique Cardoso. Não é voltar o Brasil aos idos do neoliberalismo. Pelo contrário, é aprofundar as mudanças. Dividir mais a renda é fundamental para o Brasil. Quem votou na Dilma, votou para aprofundar a divisão de renda, e não para concentrar a riqueza nas mãos de poucos e dos mais ricos do Brasil. Ganhou a vontade de implementar mudanças. Esse é o primeiro ponto.

Segundo, uma Lei de Meios. Na dá para a imprensa ter esse caráter antidemocrático, porque não é liberdade de imprensa que eles querem, é liberdade de empresa, de ganhar dinheiro. É *Globo*, é *Veja*, é *Folha S.Paulo*, é *Estadão*, são famílias riquíssimas comandando a imprensa. Elas comandam como empresa. Os jornalistas lá não têm a menor liberdade. Já vi jornalistas de vários desses jornais dizendo que têm vergonha de fazer determinada matéria, pois já vem editada. A matéria vem editada antidemocraticamente. Nem o jornalista tem liberdade de expressão lá dentro. Eles têm de escrever aquilo que a empresa daquele jornal quer. Isso tem de ser regulamentado, tem de haver a Lei de Meios. Uma empresa só ou meia dúzia de famílias não podem mandar na imprensa do Brasil como um todo. Isso é ausência de liberdade, pois as pessoas têm de opinar, escutar e opinar com a



diversidade do pensamento. Assim foi a lei da internet da presidenta Dilma. A lei manteve a democratização na internet. Temos de fazer a Lei de Meios no Brasil. Ela terá de ser feita.

André, eu dizia que temos de aprofundar os pontos sociais da presidenta Dilma, como o fator previdenciário, o 13º salário para o Bolsa Família, a reforma agrária. Aprofundar as reformas sociais no Brasil passa a ser pauta fundamental. É isso que entendi das eleições no Brasil.

Não falei de Minas por falta de tempo, mas quero desejar ao governador Fernando Pimentel um governo que se diferencie do que foi, por esses 12 anos, o governo do PSDB, e que traga para Minas Gerais os ares que o Brasil já respirava. Aqui, a derrota do PSDB também foi incontestável: perdeu no 1º turno, perdeu no 2º turno, perdeu para o governo, perdeu para a presidência e perdeu a maioria no Plenário legislativo do Estado. Pimentel, portanto, tem muita responsabilidade. Mas estamos aqui para ajudar.

Minha fala não tem qualquer sentido de rancor; estou apenas pontuando questões importantes. Mas agora não podemos permitir que o resultado das eleições seja invertido na marra ou que, mais uma vez, a imprensa queira impor ao povo brasileiro o projeto que foi derrotado. Aproveito para deixar a minha repulsa à revista *Veja* pelo espetáculo de falta de democracia que protagonizou; pelo exemplo grotesco do que não é mídia ou imprensa. Sinceramente, essa revista merece a repulsa do povo brasileiro e, em momento oportuno, vou apresentar uma moção de repúdio à atitude da revista *Veja*, para que a democracia não seja ferida como foi às vésperas do procedimento eleitoral. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O deputado André Quintão* - Presidente, deputados, deputadas, telespectadores que acompanham este pronunciamento pela TV Assembleia, representantes da imprensa que fazem a cobertura dos trabalhos desta Casa, subo a esta tribuna para iniciar, como fez o deputado Rogério Correia, um processo de avaliação e balanço dessas eleições, vinculando o seu resultado às tarefas que teremos nesta Casa nos próximos dois meses - novembro e dezembro. Nesse período teremos uma agenda legislativa muito ativa, e espero que prevaleçam o bom-senso e a construção coletiva e que não realizemos, nesta Assembleia, o 3º turno das eleições.

No âmbito nacional, tivemos a reeleição da presidenta Dilma e a validação de um projeto nacional transformador, que começou com o ex-presidente Lula. Foi a validação de um projeto que colocou como prioridade a distribuição de renda, as políticas públicas universais e a abertura de possibilidades para os mais pobres e mais humildes, facultando-lhes o acesso a políticas públicas fundamentais, como a profissionalização, o ensino superior e a moradia. Esse projeto foi referendado por todo o País.

Em Minas, o nosso candidato Fernando Pimentel, que obteve uma vitória significativa, em 1º turno, contra os atuais ocupantes do governo do Estado, certamente terá o nosso apoio e o apoio desta Assembleia para fazer o melhor governo possível para fazer um governo que diversifique a nossa economia, que é uma economia colonial, absolutamente refém da mineração e do café. Espero que o nosso governador melhore muito a qualidade das políticas públicas em Minas nas áreas da saúde, da educação e da segurança pública, tão reivindicada pelos mineiros e mineiras.

Tenho certeza de que avançaremos também na democracia em Minas, com a adoção de um planejamento descentralizado e participativo. Espero que o próximo plano plurianual, do governo Pimentel, 2016-2019, seja discutido em todas as regiões de Minas antes de ser encaminhado a esta Assembleia. E, principalmente, que possamos distribuir a renda em Minas Gerais; possibilitar que regiões esquecidas pelo poder público tenham voz e vez; que a questão da água, inclusive para consumo humano no semiárido mineiro, no Jequitinhonha, seja de fato equacionada. No século XXI, não podemos conviver com seres humanos que não tenham acesso à água para consumo, e isso ocorre nas regiões Norte e Nordeste de Minas Gerais. Então teremos uma agenda importante a ser cumprida.

Queria até convidar os deputados e as deputadas para a realização, semana que vem, sob a coordenação das Comissões de Participação Popular e Fiscalização Financeira e Orçamentária, das audiências públicas de revisão do orçamento - o orçamento do primeiro ano do governo Pimentel.

Queria também levantar uma questão muito relevante, relacionada ao orçamento do ano que vem. Acabei de ler o parecer da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, que traz a impositividade ao orçamento. Lembrei aos deputados presentes que essa impositividade ainda não foi votada no Congresso Nacional, e o ciclo orçamentário é de regulamentação federal. Seria temerário aprovarmos aqui uma norma que não siga a referência nacional. Não podemos repetir a Lei nº 100, com a impositividade. O Supremo já suspendeu uma lei dessa natureza, do Estado de Rondônia. Além disso, o valor estabelecido nessa PEC, deputado Rogério Correia, saltaria as emendas parlamentares de R\$1.500.000,00 para R\$7.500.000,00, ou seja, não tivemos esse crescimento no orçamento, então, como multiplicar por um número tão grande o valor dessas emendas?

E acredito mais. Espero que o governo do PT, o governo dos aliados possa democratizar a discussão do orçamento. O orçamento não pode ser uma espécie de reserva de mercado do parlamentar. Queremos discutir o orçamento com as lideranças regionais, com os conselhos de políticas públicas, com os prefeitos, com as câmaras municipais, com os movimentos sociais. Precisamos avançar mais na discussão do orçamento, e não simplesmente na impositividade da emenda parlamentar. Queremos discutir o orçamento com toda a sociedade de Minas Gerais, fazendo o planejamento participativo.

Antes de conceder um aparte ao deputado Gustavo Valadares, eu não poderia deixar de agradecer aos milhares de eleitores que confiaram em nosso trabalho, aos 47.334 eleitores que nos reconduziram para um próximo mandato nesta Casa. Tenho muito orgulho de ter sido reeleito, numa campanha austera, pedagógica, que mobilizou o País.

Essas eleições foram muito importantes para o País porque recolocamos na agenda nacional o debate político com jovens, trabalhadores e com a classe média. Então, houve debate político. A população escolheu. A presidenta Dilma foi a mais credenciada para conduzir os avanços e as melhorias nas políticas públicas em nosso país. É inegável que há um desejo de superação de desafios e de melhorias na mobilidade urbana e na qualidade da educação, do atendimento à saúde e das questões vinculadas ao saneamento básico. Ainda estamos distantes do ideal, mas é inegável que a população escolheu um caminho, o do desenvolvimento com justiça social, o do nosso projeto, que não tem a receita neoliberal no seu cardápio, como corte, arrocho e desemprego. Nosso projeto é outro.



Esses dois projetos foram confrontados. A população validou o projeto transformador da presidenta Dilma Rousseff, do PT e dos seus aliados.

Concordo com o deputado Rogério Correia. Algumas reformas são urgentes. A reforma política é uma delas. Temos de acabar com o financiamento privado das campanhas. Isso é uma imposição. Não adianta discutirmos o combate à corrupção se não formos à raiz do problema, que está no financiamento privado de campanha. Precisamos acabar com as coligações proporcionais e com essa figura do suplente de senador. Além disso, fazer uma discussão séria sobre o tipo de voto. Defendo o voto em lista e flexível, no qual a pessoa vota no partido e, dentro da lista partidária, indica sua preferência pelo candidato, o que fortalece o partido e permite uma oxigenação de liderança.

Precisamos repensar a questão da participação das mulheres nos parlamentos. É preciso ampliar essa participação. Então, temos uma agenda grande a enfrentar sem abrimos mão das importantes iniciativas na área social, na ampliação ainda maior das vagas para os jovens estarem na universidade e na universalização do ensino infantil. Felizmente, o povo brasileiro foi sábio ao reeleger Dilma Rousseff presidenta e Fernando Pimentel governador de Minas Gerais.

Concedo aparte ao nobre deputado Gustavo Valadares, que no próximo mandato, com certeza, será um dos expoentes da oposição nesta Casa.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Agradeço-lhe a oportunidade do aparte. Com essas suas palavras elogiosas, V. Exa. já antecipa o objetivo principal deste meu aparte, que é apenas para já firmar um compromisso com aqueles que me reelegeram mais uma vez para a Assembleia Legislativa, assim como foi a escolha da população de Minas e do Brasil. Estaremos aqui na oposição ao governo estadual, ao próximo governador do Estado. Além disso, ao governo federal, ou seja, àquela que, de maneira surpreendente, conseguiu levar para a população algo que, na minha opinião, não conseguirá fazer. Ela está no governo há 12 anos e agora é que propõe a mudança. Se não mudou ao longo desses 12 anos, não será nos próximos 4 que conseguirá fazê-lo. Estaremos aqui para cobrar essas mudanças tão almeçadas pela população. Para o senhor ter uma ideia, metade da população, ou melhor, metade do Brasil foi contra o projeto da presidenta Dilma, e a outra votou nela acreditando em mudanças.

Então estarei aqui, esse é o meu compromisso, para cobrar que o governo mude, que o nosso país mude, que a nossa economia se fortaleça, que a inflação não cresça mais, que não entremos em recessão, caminho que já estamos trilhando a passos largos, infelizmente, por conta da má condução deste governo e da sua política econômica. Estarei aqui para fazer essa cobrança.

E estarei aqui para fazer uma cobrança do novo ao futuro governador, que tomará posse no dia 1º de janeiro, daquelas que foram as suas principais bandeiras. Disse isso em um debate na TV Assembleia há alguns dias. Darei a ele 100 dias de prazo, contados de 1º de janeiro, para que encaminhe a esta Casa os tão sonhados projetos de redução da tarifa da energia elétrica - uma grande bandeira do PT e deles. Darei 100 dias para que encaminhe esse projeto à Casa. E, segundo, o projeto que irá melhorar de forma substancial o subsídio dos professores da rede estadual de ensino. Darei a ele 100 dias da minha tolerância e a partir daí cobrarei diariamente, senão estaremos demonstrando à população de Minas que o que houve foi um estelionato eleitoral.

Estarei aqui. V. Exa. me conhece, sabe que farei de forma muito clara, muito transparente e responsável, mas estarei aqui em pé para levar à frente a voz daqueles que são de oposição e não concordam com o Partido dos Trabalhadores. Muito obrigado a V. Exa. pelo sentimento democrático. E assim espero estarmos pelos próximos quatro anos. Parabéns pela reeleição.

O deputado André Quintão* - Obrigado, deputado Gustavo Valadares. Espero que a oposição no ano que vem se conduza da mesma forma como a nossa oposição pautou sua atuação - sempre em projetos importantes para o Estado, ajudando, colaborando, mas tentando exercer seu papel de fiscalização, de denúncia, de identificação de problemas e erros de governo.

Encerro desejando à nossa mineira, conterrânea, presidente Dilma, um próximo governo de muita luz e energia positiva; que o seu coração valente ajude a governar cada vez melhor o nosso país. Da mesma forma, que o nosso companheiro Fernando Pimentel e o Toninho Andrade possam fazer em Minas as transformações que estamos fazendo em nosso país. E mais uma vez um agradecimento muito sincero a todos os nossos apoiadores e eleitores, que vão nos permitir ser deputados para ajudar o Pimentel a fazer o melhor por Minas Gerais. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Paulo Guedes* - Presidente, deputadas e deputados, público presente. Saúdo de forma muito especial a todos os mineiros e mineiras que nos acompanham pela TV Assembleia nas diversas cidades de Minas Gerais.

Venho à tribuna para agradecer. Agradecer do fundo do meu coração a toda a população de Minas Gerais, especialmente ao Norte de Minas, que me reconduziu a esta Casa para um terceiro mandato como o deputado mais votado da história de Minas Gerais. Para mim, é uma alegria muito grande, e, além disso, com esse resultado, a nossa responsabilidade aumenta muito. Só tenho a agradecer ao povo do Norte de Minas, que tem me recebido com tanto carinho, do Jequitinhonha, do Noroeste, daquela região onde atuamos e por onde temos rodado constantemente todos os finais de semana. E quero agradecer por todas as nossas vitórias, as vitórias dos nossos colegas deputados, a vitória do nosso governador Fernando Pimentel, que teve mais de 70% dos votos na minha região do Norte de Minas.

Agradeço ainda a nossa região, que votou maciçamente no nosso projeto e no senador também, apesar de ele não ter sido eleito. O Norte de Minas deu uma votação expressiva ao Josué Alencar. Das 90 cidades de minha região, nas quais atuamos, o Josué venceu em 83. foi uma votação muito expressiva. Em várias delas, atingiu mais de 80% dos votos. Agradeço também, mais uma vez, ao nosso povo, o povo do semiárido mineiro, que deu votação expressiva à presidenta Dilma nos dois turnos.

Tenho certeza, deputado Rogério Correia, de que essa votação expressiva que a Dilma e o Pimentel tiveram em nossa região foi fruto do trabalho de 12 anos do governo federal naquela região, e as pessoas reconhecem a presença desse governo em diversos programas e obras, que estão mudando a realidade do Norte do Estado. Por isso vim aqui agradecer, agradecer ao nosso povo, agradecer ao povo de Montes Claros que me fez deputado majoritário da cidade. Agradeço a todo o povo do Norte de Minas, onde fui majoritário em 35 cidades. É uma alegria muito grande representar essa região. Tenho certeza de que essa votação expressiva que recebi nas urnas vai nos encher de coragem e determinação para continuar lutando muito em defesa do Norte do Estado.



Estou muito confiante. Vamos melhorar muito o nosso Estado. Minas vai caminhar junto com o Brasil. A vitória de Dilma e de Pimentel representa, acima de tudo, uma grande vitória para o povo de Minas Gerais. Será o projeto da união de pensamentos, do trabalho conjunto. Tenho certeza de que todo o Estado de Minas Gerais sairá ganhando. Foi esse o desejo do povo mineiro, que deu à Dilma votação expressiva no 1º turno, o que se repetiu, aumentando ainda mais a votação no 2º turno. Tenho certeza de que muitos projetos importantes para Minas Gerais, especialmente para nossa região, serão viabilizados agora.

No Norte do Estado, por exemplo, temos projetos importantes, como a construção do nosso hospital do trauma de Montes Claros, prometido há 12 anos, mas que nunca saiu do papel. Tenho certeza de que agora, com o apoio do nosso governador Pimentel e da nossa presidenta Dilma, realizaremos esses projetos para melhorar a saúde pública da região. A construção e a melhoria dos hospitais regionais resolverão grandes problemas de saúde que temos no Estado. Em minha região, haverá a construção de barragens, a conclusão de Berizal e a de Congonhas, obras de fundamental importância para o desenvolvimento econômico do Norte do Estado e de tantas outras regiões, que não teremos tempo para citar aqui nesta tarde, em razão do pouco tempo hoje que temos para falar.

Resumindo minha fala nesta tarde, só tenho a agradecer. Agradeço imensamente ao corpo técnico desta Casa, o trabalho das comissões e dos servidores desta Assembleia, que têm ajudado não só este mandato, mas o mandato de vários deputados que se dedicaram às suas bases, aos seus projetos, à defesa de sua região. Talvez eu tenha sido um dos deputados que mais promoveu audiências públicas pelo interior de Minas. Em todas elas, tivemos apoio muito importante dos servidores desta Casa. Quero agradecer aqui, do fundo do coração, o apoio de todos os servidores da Assembleia, que é exemplo para todo o País. Temos a melhor Casa Legislativa do Brasil. Quem entra aqui e não aprende é porque não quer. Estou muito grato a esta Casa e aos servidores da Assembleia. Deputados Rogério Correia e André Quintão, temos uma missão muito grande pela frente. Devemos consertar as contas de Minas Gerais, fazer um governo democrático e popular, um governo de inclusão social, um governo que vai corrigir as distorções que existem neste estado. Quero me colocar ao lado dos companheiros deputados, ao lado do governador eleito e da nossa presidente Dilma para ajudar em tudo o que for possível, para podermos melhorar, cada vez mais, a vida do povo mineiro.

Tenho convicção de que, ao escolher Pimentel como governador, o povo de Minas Gerais fez, sem dúvida, a melhor escolha, porque ele é experiente, preparado e tem uma boa relação com nossa presidente eleita. Essa sintonia de projetos vai ser muito boa para Minas Gerais. Tenho certeza de que Dilma e Pimentel vão fazer muito por Minas e de que estaremos aqui para defender os bons projetos.

Obrigado, Minas Gerais! Obrigado, especialmente, ao meu querido Norte de Minas! Contem sempre com este deputado, que estará presente em todos os momentos e em todas as demandas. O deputado Paulo Guedes estará constantemente correndo atrás e, acima de tudo, sem se esquecer da sua humildade. Muito obrigado a todos.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 27/10/2014, o Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Jayro Lessa

exonerando, a partir de 4/11/2014, Fábio Gomes Paixão Rosa do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 8 horas; nomeando Euclides Marcos Pettersen Neto para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 8 horas.

Gabinete do Deputado Luiz Henrique

exonerando, a partir de 4/11/2014, Ione Aparecida Tolentino Silveira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

exonerando, a partir de 4/11/2014, Vanessa Guimarães Pereira Cordoval do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Maise Aparecida dos Santos Barbosa para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Raphael Dias Durães para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas.

Gabinete do Deputado Sargento Rodrigues

exonerando, a partir de 4/11/2014, Anelmar da Silva do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas;

exonerando, a partir de 4/11/2014, José Luiz Bonifácio do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 8 horas;

exonerando, a partir de 4/11/2014, Karla Antunes Ribeiro Caixeta do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas;

exonerando, a partir de 4/11/2014, Sheila Cristina dos Santos Figueiredo do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;

nomeando Anelmar da Silva para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas;

nomeando Karla Antunes Ribeiro Caixeta para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete I, padrão VL-55, 8 horas.